



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL –  
PPGDS,

Rejane de Oliveira

DESIGUALDADES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Montes Claros – MG  
Janeiro / 2015

# DESIGUALDADES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Responsável: Rejane de Oliveira<sup>1</sup> - Brasil  
Universidade que pertence: Universidade Estadual de Montes  
Claros/UNIMONTES  
Co-autora: Luciene Rodrigues<sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as desigualdades de gênero em sua face extrema: a violência contra a mulher. O referencial teórico do trabalho é embasado nos estudos de Saffioti, Bourdieu e Soares. A metodologia adotada neste estudo como método amplo de pesquisa, bem como de evolução do conhecimento foi o método dedutivo. Os livros cujo estudo pretendeu analisar foram "Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero" de autoria de Heleieth Saffioti, "A dominação masculina" de Pierre Bourdieu e, "Mulheres invisíveis" de Bárbara Musumeci Soares. Após a leitura dos livros, buscou-se identificar o significado das relações de gênero de cada autor até desvelar à submissão de muitas mulheres aos diversos tipos de violência. Embora o tema já tivesse autores pré-definidos, teve também a sustentação de outros autores que escreveram sobre eles e sobre o tema como Verbana Laranjeira Pereira, Carole Pateman, Maria Luiza Heiborn, entre outros. Por conclusão considerou-se que: o poder masculino, trata-se de um comportamento que já é esperado pela sociedade, em função dos papéis, ou seja o homem como o provedor, o chefe da casa e a mulher no papel de cuidar da casa e dos filhos, e ainda, uma violência invisível, que merece atenção e a elaboração de estratégias políticas que não reduza a mulher vitimada como mero resultado de uma cultura hegemônica que reconhece normalidade no poder do macho.

**Palavras-chave:** Relações de gênero, violência contra a mulher, Saffiot, Bourdieu e Soares.

## ABSTRACT

The objective of this study is to analyze gender inequalities in its extreme face: violence against women. The theoretical framework of the work is grounded in the study of Saffioti, Bourdieu and Soares. The methodology used in this study as broad research method, as well as development of knowledge was deductive method. The books whose study was intended to analyze "feminist Contributions to the study of gender violence" authored by Heleieth Saffioti, "Male dominance" of Pierre Bourdieu and, "Invisible Women" Barbara Musumeci Soares. After reading the books, and sought to identify the meaning of each author gender relations to unveil the submission of many women to various types of violence. Although the issue had already predefined authors also had the support of other authors who have written about them and about the issue as Verbana Laranjeira Pereira, Carole Pateman, Maria Luiza Heiborn, among others. On completion it was considered that: the male power, it is a behavior that is already expected by the company, according to the papers, ie man as the provider, the head of the house and the woman in the role of taking care of the house and children, and also an invisible violence that deserves attention and policy development strategies that do not reduce the woman victimized as mere result of a hegemonic culture that recognizes the normal male power

**Keywords:** gender relations, violence against women, Saffiot, Bourdieu and Soares.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Pós-graduada em Atendimento Psicossocial e Jurídico pela Universidade Uniandrade. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

<sup>2</sup> Doutora em .....

## **1 INTRODUÇÃO**

É muito importante reconhecer na literatura que, quando as abordagens referem-se às questões dos homens, incluem-se aí tanto os homens quanto as mulheres, que na condição de seres humanos, como atores concomitantes de uma mesma história, num contexto onde pouco se considera a desigualdade.

Por outro lado, tratar sobre as questões de gênero torna-se uma tarefa difícil em razão da abrangência na qual estão inseridas, partindo das diferenças sexuais criadas pela sociedade.

Entende-se que as questões de gênero, abarcam relações com manifestações de contrapartidas onde aparecem, além da contexto sexual, o racial, a etnia, entre outros, mas sempre numa perspectiva onde confrontam-se as positivities e as negatividades: homem e mulher, forte e fraco, rico e pobre entre outros, cujas notoriedades estão as capacidades do dominador e do dominado.

Considerando-se, que este trabalho está centrado nas relações de gênero, enfatizando-se a violência contra a mulher, buscou-se dar maior visibilidade à mulher ou elaborar um estudo que focasse estritamente um ponto exclusivo, no sentido de esclarecer as relações de gênero, nos significados, nos entendimentos elaborados e apresentados em textos como: “O poder do macho” de Heleieth Saffioti, “A dominação masculina” de Pierre Bourdieu e “Mulheres invisíveis” de Bárbara Masumeci Soares.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi discutir as relações sociais de gênero como categoria de análise. Busca-se perceber de que modo os autores entendem as desigualdades de gênero, com vistas para a problemática da violência contra a mulher.

Ressalta-se que, neste estudo, embora os autores centrais sejam os supracitados, recorre-se também a outros autores, para dar suporte àqueles.

## **2 METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo como método amplo de pesquisa, bem como de evolução do conhecimento foi o método dedutivo.

Mesmo porque, conforme esclarece Severino (1991), a metodologia deve possuir abordagem de um único tema, exigindo uma pesquisa própria da área de conhecimento em que se situa.

Em relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se no caráter explicativo, uma vez que a preocupação central é a identificação de fatores que determinam ou que contribua para elucidação de fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade. O procedimento utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi a pesquisa bibliográfica.

Nesse aspecto o aprofundamento do estudo se foca na: incorporação da dominação, com base na definição social da violência simbólica, com base na dominação masculina, nas distinções do tipo de violência, observando-se o alvo das violências e, o processo de construção da violência, na medida em que se configuram os personagens e os contornos que os identificam como problema específico.

### **3 RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

#### **3.1 Questões de gênero**

Para este trabalho é importante ressaltar inicialmente que os autores analisados (Saffioti, Bourdieu & Soares), não estabelecem em seus textos um conceito específico em relação ao termo gênero. Assim, viu-se necessário recorrer a outros textos desses autores e de outros, para melhor entendimento do que ora se propõe a estudar que é o diálogo entre esses três, a partir das relações sociais de gênero e a violência contra a mulher.

Ao dar tratamento ao termo “gênero” Freitas e Gomes (2012) destacam sua abrangência, objetividade e neutralidade, uma vez que é um tema que se relaciona às questões dos homens num sentido amplo, onde se incluem homens e mulheres, como atores de uma mesma história. Diante disso, na atualidade, os estudos, deixaram de se prestarem apenas em dar visibilidade à mulher, com atribuições de papéis, passando a buscar respostas à questionamentos que buscam soluções para as situações de desigualdade.

Embora, sob o ponto de vista histórico, o “gênero” tenha surgido em 1920 no trabalho de Sigmund Freud denominado “A psicogênese de um caso

de homossexualismo numa mulher”<sup>3</sup>, foi a partir dos anos de 1960 que John Money propôs na teoria natural, que o dogma de se tornar homem ou mulher em função da determinação biológica sexual, para inserir-se na categoria cultural imposta pelo papel ou por tarefas de cada um (Pelleri, 2015).

Essa nova visão, segundo Casagrande e Carvalho (2006) fez com que na década de 1990 o termo gênero, buscasse um maior detalhamento à sua concepção, esclarecendo que “o conceito de gênero refere-se somente às pessoas e às relações entre seres humanos. São construídas a partir das diferenças sexuais, não podendo dessa forma ser consideradas naturais, mas criação da sociedade” (Camurça & Gouveia, 2001, 13).

Para Saffioti (2001, p. 115), em relação ao termo “gênero”, existe:

Rigorosamente, o único consenso existente sobre o conceito de gênero reside no fato de que se trata de uma modelagem social, estatisticamente, mas não necessariamente, referida ao sexo. Vale dizer que o gênero pode ser construído independentemente do sexo.

Compartilhando com essa ideia Vieira (2005) esclarece o raciocínio sobre o gênero, apoiada por uma distinção baseada na existência de machos e fêmeas entre os seres humanos, entretanto a qualidade de ser homem ou mulher é uma condição cultural.

Vê-se então, diante de papéis de gênero que muitas vezes implicam em noções que reduzem as mulheres, em razão de uma consideração estereotipadas que prioriza a mulher na condição apenas de reprodução e do cuidado. O que não deixa de ser um processo produtor de distorções que hierarquiza, categoriza e generaliza (Freitas & Gomes, 2012).

Então, pode-se entender que é com base nos papéis de homem e de mulher, bem como, no comportamento esperado de uma pessoa que vai se estabelecendo a superioridade do homem em detrimento da mulher.

### **3.2 A dominação masculina: diálogo entre Saffioti, Bourdieu e Soares**

Neste diálogo e em conformidade com as questões de gênero já apresentadas, Saffioti (1987) observa que o ser humano nasce macho e fêmea,

---

<sup>3</sup> FREUD, Sigmund. **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher.** [1920]. Obas completas, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

com a criação familiar ou educação que recebe torna-se homem e mulher, legitimando o fato de que a identidade social é socialmente construída. É próprio do ser humano entender como natural os processos socioculturais e colocar a natureza a seu serviço. Entretanto, é difícil naturalizar processos socioculturais, quando se afirma ser natural que a mulher se ocupe apenas do espaço doméstico, enquanto o homem fica livre num espaço público, naturalizado por esse mesmo processo.

É a própria sociedade quem delimita, de forma precisa, os campos operacionais para a mulher, assim como as áreas de atuação do homem. Todavia, existem diferentes significados no contexto histórico. Do ponto de vista da classe social, se tem dois sentidos: os das classes dominantes (poder) e das classes subalternas (dominados). Sob o olhar do sexo, as mulheres, ainda que façam história, tem sua face ocultada, uma vez que, há poucos registros de ações femininas na história, não somente em relação as mulheres, mas também aos negros, índios, homossexuais. Disso resultam os movimentos sociais, que buscam o resgate da memória não registrada dessas pessoas que conseguiram fazer história (Saffioti, 1987).

Segundo Saffioti (1987, p. 11) que,

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a 'superioridade' dos homens, assim como a dos brancos dos heterossexuais e dos ricos.

Entretanto, em relação à inteligência da mulher, a ciência mostra que esta depende do grau de estimulação e oportunidade ofertada para o desenvolvimento. Quando a mulher fica responsável apenas pelos cuidados do ambiente doméstico e dos filhos, torna-se tolhida para desenvolver outras habilidades, mas quando estimulada a mulher é capaz de desempenhar as mesmas atividades que o homem e ainda, após a realização das tarefas, voltar ao lar para cuidar da casa, dos filhos e do marido (Saffioti, 1987; Bourdieu, 1999).

Ao trabalho "extra lar da mulher", como forma de ajuda ao marido, o salário ofertado, sempre é inferior ao do homem, mesmo em atividades semelhantes, porém, essa diferenciação que reduz, injustamente, a capacidade da mulher é admitida por ela como natural o que consiste em um processo de

naturalização de uma discriminação sociocultural, ou seja, a “[...] inferiorizarão feminina é exclusivamente social” (Saffioti, 1987, p.15).

Vê-se então que “o homem desfruta de poder no mundo do trabalho em relação à mulher, quer quando ocupa posição de marido, companheiro, namorado, cabe-lhe a ideologia dominante, a função de caçador” (Saffioti, 1987 p. 18).

Nessa condição, manifesta-se um instinto animal, onde ao macho importa-lhe a satisfação do desejo e busca pela sua presa (a mulher), busca essa que se reveste, de certa forma, em violência, que é uma ação extrema. Pois, segundo Saffioti, (1987, p. 18) “para o macho não importa eu a mulher objeto de seu desejo não seja sujeito desejante. Basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto”.

Essa conduta entre homem e mulher, não deixa de ser uma violência doméstica invisível, pois além de não ter divulgação, tem a anuência social, exceto em situações excepcionais. Sua invisibilidade se justifica também por não haver uma nomenclatura, não se constituir em um problema público, portanto, social e, conseqüentemente, não levantar polêmicas (Soares, 1999)

Para além da inferioridade da mulher no trabalho há também uma inferioridade no que diz respeito ao corpo no âmbito sexual, principalmente quando se considera o poder *versus* prazer. Nessa seara, ao homem importa-lhe satisfazer seu desejo de prazer, sem importar-se com o desejo da mulher.

Esse entendimento também é expresso por Pateman (1993), considerando que a mulher depende da benevolência do seu parceiro para ter direito ao prazer sexual e social, pois o parceiro, na condição de homem, é forte fisicamente e tem aprovação da opinião pública e da legislação para ter o domínio sobre o corpo, queira ela ou não.

Segundo a Saffioti (1987, p. 18)

o caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela, não tem direito de escolha.

Pode-se dizer que se trata de uma concentração da sexualidade masculina em sua genitália, na falocracia (falo = pênis), isto é, no poder do macho, da supremacia masculina.

Não obstante, em razão das diversas formas de violência, o que se interpreta é que o estupro nessas condições torna-se um estupro latente, velado em razão dos papéis culturais, onde o homem satisfaz seus desejos sexuais com uma companheira que em muitos casos, mesmo num estado não desejante ela se sujeita à essa prática, assumindo o papel sexual da mulher, face à opinião pública (Saffioti, 1987).

Na verdade a postura do macho é ofensiva, intransigente, duro, firme, a medida em que a mulher deve ser dócil, cordada, passiva num convívio estereótipo (Saffioti, 1998; Bourdieu, 1999)

Trata-se de uma inversão de papéis de gênero e do próprio corpo que se confrontam em função dos formatos positivo e negativo, verso e averso entre outras oposições homólogas, o que também é defendido por Bourdieu (1999). O autor refere-se a uma topologia sexual do corpo socializado, valendo-se dos seus movimentos e deslocamentos, no qual a significação social reconhece, como é o caso da ereção masculina e sua posição superior durante o ato sexual.

Nessa oposição entre o masculino e feminino, subentende-se que o homem, para a efetivação da posição sexual, depende da ereção e portanto do desejo. Nenhum homem numa condição de flacidez da genitália caça a mulher para o coito, entretanto, a mulher, geralmente, encontra-se a mercê do desejo masculino, fazendo com que a virilidade de destaque (Bourdieu, 1999). Segundo o autor:

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto *quididade* do *vir*, *virtus*, questão de honra, princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente homem (Bourdieu, 1999, p. 20).

Nesse aspecto, manifesta-se uma definição social dos órgãos sexuais, cuja ciência acentua ao mesmo tempo diferenças e semelhanças. Se no homem a simbologia masculina é o pênis o falo, já a vagina a

representação, é de um falo invertido, representando uma obediência de oposições, baseadas em: positivo e negativo, direito e avesso, tomando-se por fundamento o princípio masculino, que é base de todas as coisas (Bourdieu, 1999).

Com relação à construção social do corpo, Bourdieu (1999, p. 26) é bem claro em destacar que:

O corpo tem na sua frente, lugar da diferença sexual, e suas costas sexualmente indiferenciadas e potencialmente femininas, ou seja, algo passivo, submisso, como nos fazem lembrar, pelo gesto ou pela palavra, ou insultos mediterrâneos contra a homossexualidade (sobretudo o famoso 'bras d'honneur' – 'dar uma banana'), tem suas partes públicas, face, fronte, olhos, bigode, boca, *órgãos nobres da apresentação*, nos quais se condensa a identidade social, do ponto de honra, o *nif*, que obriga a enfrentar ou a olhar os outros de frente, e suas partes *privadas*, escondidas ou vergonhosas, que a honra manda dissimular.

Bourdieu (1999), em seu texto faz alusão a dominação masculina, considerando uma perspectiva de violência simbólica de forma particular. Para eles existe um poder que impõe significações de forma legitimada e que, dissimula as relações de uma força a sustentar a própria força. É, portanto, uma observação rica para o gênero uma vez que a proposta aqui é a discussão das formas marcadas pelas relações de poder e de compreender o masculino e feminino. Esse fato se justifica até mesmo pela denuncia de Bourdieu (1999) o pensamento pautado nas dicotomias e nas oposições que operam tanto no contexto masculino/feminino, mas também nas oposições entre rico e pobre, claro e escuro, alto e baixo, entre outros.

Nesse aspecto, Bourdieu (1999) esclarece a dominação masculina, considerando o gênero num centro econômico das trocas simbólicas, destacando a subordinação feminina, num sentido de vitimização tanto da mulher quanto do homem, observando-se no corpo, um local de disputa de poder que é percebido desde o nascimento. O nascimento de um homem ou mulher terá por desfecho ser dominador e dominada respectivamente, o que quer dizer que é o sexo o determinante entre homem e mulher e, cuja representação constitui na mulher como sexo frágil dependente de proteção e o homem como o chefe provedor da família.

Embora a diferença anatômica entre os sexos e os corpos não se justifiquem em relação a divisão do trabalho, suas inversões impõe superioridade ao homem e inferioridade à mulher, observando-se que de costas homem e mulher são semelhantes, de frente são diferentes fisicamente. Bourdieu (1999, p. 23) chega a afirmar que:

A definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças. A representação da vagina como um falo invertido [...] obedece às mesmas oposições fundamentais entre o positivo e o negativo, o direito e o avesso.

Essa oposição fundamental da inversão dos sexos impõe-se com base no fato de que o homem é a referência das coisas. Na verdade a diferença entre as expectativas do homem e da mulher em relação à sexualidade é que a mulher, socialmente, está preparada para uma sexualidade como uma experiência íntima e dotada de afetividade, enquanto o homem percebe o ato sexual como forma de dominação, de apropriação de posse (Bourdieu, 1999).

Nesse aspecto, para a mulher resta dois caminhos, a condução simbólica da resignação, aceitando se apagar ou o exercício do poder de enfrentamento contra o forte utilizando de sua própria força. Todavia, é interessante perceber que muitas mulheres evitam se estabelecer com homens com simbologias inferiores, como homens mais baixos por exemplo. Para elas, o desaparecimento da hierarquia (homem superior à mulher), transparece que a mulher é o ser dominante e aceita a inversão das aparências, conseqüentemente, incorrer a um rebaixamento social, entendendo que pode ser diminuída face a um homem diminuído (Bourdieu, 1999).

Não obstante, esse privilégio masculino, muitas vezes é conduzido ao absurdo imposto pelo homem, em função das exigências originadas da ordem simbólica da honra. Porém a virilidade compreendida como capacidade reprodutiva, sexual e social atua também como aptidão ao exercício da violência.

A violência em seu aspecto geral é tão extensa, que dificulta uma definição que a generalize, porém, é uma ação evidenciada desde os

primórdios. Sua definição tem sido diversificada, em conformidade com os autores que estudam o assunto. Está presente nos relacionamentos de convívio e é inerente à personalidade humana, haja vista ser,

[...] um elemento inerente ao fato social e, conseqüentemente, responde como um modelador comportamental, constituindo aspecto imprescindível à cultura, transformando-se, portanto, num fenômeno constantemente presente no cotidiano da sociedade (Gauer, 1999 *apud* Lopes, 2009, p. 14)

Segundo Zaluar (2013, p. 4) “é comum associar violência, como mero instrumento usado com maior ou menor intensidade, a um estado social permanente e excessivo na sociedade como um todo ou entre os excluídos, explorados ou dominados”.

Segundo Pereira (2004) há uma ruptura entre o natural e o cultural no que se refere ao estar no mundo para as mulheres. Assumindo essa abordagem teórica, os estudos feministas vêm investindo na compreensão da condição das mulheres.

Entretanto, Soares (1999), percebe a violência doméstica como invisível por vários motivos tais como: não é divulgada, não produz comoções, não é uma ocorrência privilegiada nas políticas públicas, entre outros. Para a autora, o número de atendimento nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) é muito reduzido o que leva a um número irrisório de pessoas processadas por cometer abusos contra as mulheres. Isso se deve a uma subnotificação de ocorrências, em razão da cultura (SOARES, 1999).

Em pesquisa realizada por Soares (1999, p. 51), percebeu-se que:

Os delitos listados nas fichas de atendimento [nas DEAMs] resumiam-se a um conjunto de ilícitos penais demasiadamente estreito para comportar as diversas modalidades de conflito que cônjuges, namorados, vizinhos e mesmo desconhecidos são capazes de vivenciar. Estatísticas sobre “lesão corporal”, “ameaça”, “estupro”, “maus-tratos”, “sedução”, “Atentado violento ao pudor”, “rapto” etc. não nos diziam nada, além disso sobre as relações ou interações em jogo e sobre as circunstâncias em que os delitos foram praticados.

Isso mostra, que até as instituições apropriadas para a proteção das mulheres vítimas, não priorizavam as ocorrências como deveria. Porém, não se

poderia deixar de considerar segundo a autora, que “as condições de funcionamento dessas delegacias são absolutamente precárias, como se pode imaginar” (Soares, 1999, p. 52).

Na pesquisa a autora também percebeu que, embora as delegadas atuantes nas DEAMs pareçam mais identificadas com as vítimas e empenhadas em combater a violência domésticas, grande parte de suas assistentes as atendem de forma puramente burocrática, não demonstrando qualquer empatia ou respeito pelas vítimas que optam por denunciar os seus agressores (Soares, 1999).

Vê-se então, diante de papéis de gênero que muitas vezes implicam em políticas públicas que reduzem as mulheres, em razão de uma consideração estereotipada que prioriza a mulher na condição apenas de reprodução e do cuidado. O que não deixa de ser um processo produtor de distorções que hierarquiza, categoriza e generaliza (Freitas & Gomes, 2012).

Assim, e diante do contexto abordado, fica transparecida uma violência invisível, que merece atenção e ainda, a elaboração de estratégias políticas que não reduza a mulher vitimada como mero resultado de uma cultura hegemônica que reconhece a normalidade no poder do macho, num poder que reduz, que oprime que prejudica a mulher em nome de um costume que já deveria estar superado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise das relações sociais de gênero como categoria de análise para discutir as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher com base nos estudos de Saffioti, Bourdieu e Soares, apresentou três pontos distintos, mas que se integram entre si, num fluxo em que o poder do macho vai se manifestando, a partir de uma dominação sociocultural, passando pela influência do sexo até atingir uma violência doméstica considerada invisível.

Na visão de Saffioti percebe-se a presença de um poder do homem em detrimento ao da mulher que se trata de um lado de uma modelagem social construído, independente do sexo.

Na verdade esse poder masculino, trata-se de um comportamento que já é esperado pela sociedade, em função dos papéis, ou seja o homem

como o provedor, o chefe da casa e a mulher no papel de cuidar da casa e dos filhos, o que não deixa de ser uma noção estereotipada, que qualifica a mulher apenas como agente da reprodução e do cuidado.

Para melhor entendimento da questão social, Saffioti destaca que o indivíduo nasce macho e fêmea e, com a criação e educação recebida torna-se homem e mulher, observando-se a mulher, sempre em um plano de menor poder ou de domínio e o homem o dominador.

Essa dominação se manifesta em diversos níveis como no trabalho, pois mesmo a mulher qualificada a exercer as mesmas tarefas que os homens os salários são diferenciados, além do que, ao final da jornada do trabalho extra lar, a mulher ainda volta para cuidar da casa, dos filhos e do marido.

No que se refere à sexualidade, no homem se manifesta um instinto animal, no qual sua preocupação é a satisfação do seu desejo, independente do desejo da mulher, consistindo em um estupro latente, o que não deixa de constituir uma violência doméstica, numa violência invisível caracterizada por uma supremacia centrada no pênis, destacando uma postura ofensiva do macho, por via da intransigência, da firmeza, cabendo a mulher o papel da docilidade, cordada e passiva num convívio estereotipado, conforme enfatiza Bourdieu, acrescentando uma topologia sexual do corpo socializado, com significação já reconhecida pela sociedade.

É justamente a oposição entre o masculino e o feminino que sustenta a cultura do poder do macho sobre a fêmea. Exemplo disso é a estrutura sexual de cada um dos pares, o homem é dotado de um pênis, um falo, que depende da ereção para atuar, enquanto a mulher é dotada de uma vagina, cuja estrutura é de um falo invertido, para receber o pênis quando for o desejo do homem, independente do desejo da mulher.

Essa ocorrência trata-se de uma virilidade onde reside a honra do homem e a aceitação da mulher, submetida ao desejo do parceiro.

A interação dos textos permitiu observar que essa dominação masculina é também uma forma de violência simbólica particularizada, e a subordinação feminina, se apresenta num sentido de vitimização e o corpo, um local de poder natural, onde o homem se impõe e a mulher se submete, mesmo porque, o homem passou a ser a referência das coisas.

Soares, por sua vez, entende a violência doméstica como o processo invisível, pois o que acontece em casa, a mulher satisfazer os desejos do homem, mesmo que não seja o desejo dela. Tanto que o número de denúncias e de buscas pelas DEAMs é muito baixo. Há uma grande subnotificação, o que reflete em estatísticas pouco confiáveis.

Mesmo assim, quando registradas as ocorrências, nem todos os funcionários dessas instituições tratam o ocorrido com o valor merecido. Muitos ainda estão ligados à cultura de não ser uma violência, mas um problema de casais.

Assim, e diante do contexto abordado, fica transparecida uma violência invisível, que merece atenção e ainda, a elaboração de estratégias políticas que não reduza a mulher vitimada como mero resultado de uma cultura hegemônica que reconhece normalidade no poder do macho, num poder que reduz, que oprime que prejudica a mulher em nome de um costume que já deveria estar superado.

## REFERÊNCIAS

Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Camurça, S. & Gouveia, T. (2001). *O que é gênero? Um novo desafio para a ação das mulheres trabalhadoras rurais*. 3ª. Ed. Brasília: MJU/ CNDM, MTE.

Casagrande, L. S. & Carvalho, M. G. (2006). *Gênero: Um conceito, múltiplos enfoques*. Cadernos de Gênero e Tecnologia. Curitiba: UTFPR.

Freitas, A. M. L & Gomes, P. I. J. (2012). *Gênero e violência doméstica: uma análise do programa Patrulha de Violência Doméstica – PVD em Montes Claros/MG no ano de 2010/2011*. VI FEPEG – Fórum Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Unimontes.

Freitas, A. M. L, & Gomes, P. I. J. (2012). *Violência Doméstica e as Políticas de prevenção em Montes Claros-MG*. Disponível em:  
<[http://www.producao.unimontes.br/2012/ciencias\\_economia/PB6-0.html](http://www.producao.unimontes.br/2012/ciencias_economia/PB6-0.html)>  
Acesso em: 04.Jan.2015.

Gauer, R. M. C (1999). Alguns aspectos da fenomenologia da violência. In: Gauer, G. & Ruth M. C. (Org.) *A fenomenologia da violência*. Curitiba: Juruá. Apud Lopes, Monize Macedo. *Violência doméstica contra mulher: aplicabilidade da Lei Maria da Penha (11.340/06) em Aracaju*. (Monografia em Direito). Aracaju/SE: Universidade Tiradentes, 2009.

- Heilborn, M.L. & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. in: Miceli, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. pp. 183-221. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré.
- Heilborn, M.L. (1997). Gênero, Sexualidade e Saúde. In: Silva, D.P. *Saúde, Sexualidade e Reprodução – compartilhando responsabilidades*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ.
- Pateman, C. (1993). *O Contrato Sexual*. Tradução: Marta Avancini  
Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pelleri, A. (2014). *Gênero: o cérebro é masculino ou feminino?* Jun./2014.  
Disponível em: <<http://www.aleteia.org/pt/sociedade/artigo/genero-o-cerebro-e-masculino-ou-feminino-5817231833300992?>> Acesso em: 03.Jan.2015.
- Pereira, V. L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In STREY, Marlene N. Et all. (Orgs). *Gênero e cultura: Questões Contemporâneas*. Porto Alegre: Edipucrs. (p. 173 a 198).
- Saffioti, H. I. B (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. n. 16, pp. 115-136.
- Severino, A. J. (1991). *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Soares, B. M. (1999). *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Vieira, J. A. (2005). A identidade da mulher na modernidade. *DELTA*, São Paulo. v.21, n.spe, pp. 207-238.
- Zaluar, A. (2015). *O contexto social e institucional da violência*. Disponível em: <[http://www.ims.uerj.br/nupevi/artigos\\_periodicos/contexto.pdf](http://www.ims.uerj.br/nupevi/artigos_periodicos/contexto.pdf)> Acesso em: 03.Jan.